

penas em que tivessem incorrido, de conformidade com as leis e ordens a respeito”.

A ordem insistia ainda em explicações elucidativas: “Não sendo conveniente haver aí tipografias, nem mesmo utilidade para os impressores, por serem maiores as despesas que no Reino, de onde podiam vir impressos os livros e papéis, no mesmo tempo em que deviam ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais não se podia imprimir nem correr obras”. No dizer de Moreira de Azevedo, “não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância”. A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude<sup>(7)</sup>.

Segundo versão difícil de elucidar, Antônio Isidoro da Fonseca empregava “a fraude nas suas impressões, alterando a data das edições da tipografia, a fim de escapar à perseguição”. O confisco do material liquidou-o. Em 1750, requeria licença real para voltar a trabalhar no Rio, “com o intento de ganhar o que lhe era preciso e à sua mulher”. Esperava da autoridade real permissão para “estabelecer a dita imprensa no Rio de Janeiro, na mesma forma e para o mesmo fim de que usava dela, ou na Bahia”. O despacho foi inexorável e seco: “escusado”. O nome de Antônio Isidoro da Fonseca tem o interesse de fixar as dificuldades, mais do que as realizações da imprensa, na colônia. Coube-lhe, de qualquer maneira, a prioridade: a *Relação da Entrada* foi o primeiro folheto impresso no Brasil. Rizzini esclarece que o primeiro livro em língua portuguesa impresso na América foi o *Luzeiro Evangélico*, do frei João Batista Morelli de Castelnovo, nome que tomou no claustro Fulgêncio Leitão, publicado no México, em 1710.

(7) Na *Carta de Guia de Casados*, de 1650, como tem sido lembrado, D. Francisco Manuel de Melo, que viveu algum tempo no Brasil, prega a ignorância da mulher, como fundamento de sua virtude, referindo o dito de que se guardasse o homem “de mula que faz *him* e de mulher que sabe latim”, e contando o pitoresco caso seguinte: “Confessava-se uma mulher honrada a um frade velho e rabujento; e, como começasse a dizer em latim a confissão, perguntou-lhe o confessor: — Sabeis latim? Disse-lhe: — Padre, crei-me em mosteiro. Tornou a perguntar: — Que estado tendes? Respondeu-lhe: — Casada. A que tornou: — Onde está vosso marido? — Na Índia, meu padre (disse ela). Então, com agudeza, repetiu o velho: — Tende mão, filha: sabeis latim, criaste-vos em mosteiro, tendes marido na Índia. Ora, ide-vos embora e vinde cá outro dia, que vos é força que tragaiis muito que dizer, e eu estou hoje muito depressa”. A noção da beatitude da ignorância, aliás, é evangélico, como se sabe, e ali a ignorância é irmanada à humildade e à conformação com a sorte, fundamento da idéia de que os males do mundo só no céu têm cura, devendo as criaturas conformar-se com a sorte que lhes cabe.